

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao que dispõe o art. 78, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o art. 82 da Lei Complementar nº 1/94 – Lei Orgânica deste Tribunal, apresento o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, referente ao 2º trimestre de 2014, para remessa à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

Este Relatório de Atividades consolida as principais ações efetivadas pelo TCDF, englobando as ações de controle externo e as organizacionais de apoio à atividade fim do Tribunal.

As realizações no trimestre, desenvolvidas em alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais, traduzem os esforços desta Casa para cumprir sua missão de maneira cada vez mais efetiva, eficaz, eficiente e econômica.

Inácio Magalhães Filho
Presidente

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCDF	4
3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	5
3.1 Julgamentos e Decisões	5
3.1.1 Sessões Realizadas	5
3.1.2 Cobranças Executivas	6
3.2 Fiscalização Realizada	7
3.2.1 Auditorias e Inspeções	7
3.2.2 Instrução de Processos	8
3.3 Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle	9
4. ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS	11
4.1 Planejamento e Modernização Institucional	11
4.2 Gestão de Recursos Humanos	11
4.3 Execução da Despesa	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15

1. INTRODUÇÃO

Dispondo de 539 servidores ativos em 30.06.14, o TCDF cumpre sua missão institucional com a estrutura básica contida em seu organograma (Anexo 1) e de acordo com a composição descrita a seguir:

- *colegiado: Plenário;*
- *direção: Presidente e Vice-Presidente/Corregedor;*
- *órgãos técnicos e administrativos: Gabinetes do Presidente, Conselheiros, Auditores, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal e Procuradores; Secretaria-Geral de Controle Externo; Secretarias de Controle Externo; Núcleos de Fiscalização; Consultoria Jurídica; Secretaria das Sessões; Secretaria-Geral de Administração; Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa; Divisão de Controle Interno e Divisão de Tecnologia da Informação.*

Regido pelos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, atua nesta Corte o Ministério Público junto ao Tribunal, com três Procuradores sob a direção de um Procurador-Geral, exercendo as funções de guarda da lei e fiscal de sua execução.

Por intermédio desses órgãos efetiva-se a ação fiscalizadora do Tribunal, cuja divulgação, no que concerne à Câmara Legislativa, está prevista no § 3º do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 82 da Lei Complementar nº 1, de 09.05.94, segundo os quais deve esta Corte encaminhar à CLDF, trimestral e anualmente, relatório circunstanciado e demonstrativo de suas atividades internas e de Controle Externo.

Constitui-se, pois, este Relatório de Atividades em documento que consolida as realizações do Tribunal no 2º trimestre de 2014, nos campos administrativo e do Controle Externo, distribuídas de acordo com os seguintes tópicos:

- *Atividades de Controle Externo - Julgamentos e decisões; fiscalização realizada; e Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle;*
- *Atividades Organizacionais - Planejamento e modernização institucional; gestão de recursos humanos; e execução da despesa;*
- *Considerações Finais - Síntese das realizações do período e comentários finais;*
- *Anexos - Organograma do Tribunal e Execução da Despesa.*

2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCDF

3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 Julgamentos e Decisões

O julgamento das contas de administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, a apreciação das Contas do Governo a serem apresentadas à Câmara Legislativa e as demais decisões referentes às atividades de Controle Externo são atos formalizados por deliberações do Plenário, podendo o Presidente, nos casos previstos no Regimento Interno, decidir também sobre matéria de competência do Tribunal, *ad referendum* do Plenário.

3.1.1 Sessões Realizadas

Para apreciar matérias de sua competência, o Plenário reuniu-se, no 2º trimestre, conforme quantitativos indicados na Tabela 1. Dentre o total de decisões prolatadas foram proferidos 118 acórdãos e 696 processos foram julgados conclusivamente.

Tabela 1: Sessões e Decisões por Tipo de Sessão

Tipo de Sessão	Sessões	Decisões
Ordinária	21	1.495
Extraordinária	0	0
Extraordinária administrativa	8	14
Extraordinária reservada	14	22
Especial	0	0
Total	43	1.531

Obs.: O teor das decisões, bem assim das atas das sessões realizadas, está disponível no site do TCDF na Internet, no endereço www.tc.df.gov.br

Despachos Singulares – Foram proferidos pelos membros do Plenário os quantitativos de despachos singulares demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2: Despachos Singulares

Tipo de Sessão	Despachos realizados
Ordinária	399
Extraordinária	0
Extraordinária reservada	6
Extraordinária administrativa	1
Total	406

Pela Presidência foram proferidas 5 decisões e 3 decisões liminares, na qual o Presidente decidiu *ad referendum* do Plenário, com fundamento no art. 85 do Regimento Interno do TCDF.

Licitações e contratos suspensos cautelarmente – Visando à preservação do erário, relativamente ao assunto em destaque, os relatores

designados, ou o Tribunal, concederam medidas cautelares em 21 processos, conforme detalhado na Tabela 3.

Tabela 3: Licitações e Contratos Suspensos Cautelamente

Nº do Processo	Decisão/Despacho Singular
3443/2014	1389/14
289/2014	1393/14
20983/2013	1636/14
7724/2014	Desp. Sing. 247/2014-GCRR
7740/2014	Desp. Sing. 100/2014-GCMA
37050/2010	1736/14
8518/2014	Desp. Sing. 259/2014-GCRR
8968/2014	1801/14
3618/2013	1809/14
12276/2014	2073/14
11792/2014	Desp. Sing. 285/2014-GCAM
14163/2014	Desp. Sing. 366/2014-GCRR
14546/2014	2556/14
14805/2014	2593/14
300/2014	Decisão Liminar nº 09/2014 – P/AT
10729/2014	2742/14
13540/2014	2745/14
16301/2014	2818/14
16581/2014	2819/14
16590/2014	2820/14
17880/2014	2827/14

3.1.2 Cobranças Executivas

Quando julgado em débito pelo Tribunal, o responsável é notificado para, em trinta dias, recolher a importância devida, com os acréscimos legais. Expirado esse prazo, sem manifestação do interessado, a Corte poderá autorizar a cobrança judicial da dívida.

As decisões condenatórias de responsáveis em débito são formalizadas em ACORDÃO, cuja publicação no Diário Oficial do DF constitui título executivo bastante para cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

Existem sob acompanhamento do MPJTCDF 461 ACORDÃOS do TCDF, dos quais 136 consistem em cobranças executivas ajuizadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Os ACORDÃOS sob acompanhamento podem ser visualizados no *site* do MPJTCDF na *internet*, no *link* EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS.

Nos campos institucional e administrativo foram desenvolvidas pelo MPJTCDF diversas ações, cabendo realçar, no trimestre, a participação de membros e servidores em eventos de capacitação, consolidados na Tabela 6 (item 4.2 - *Gestão de Recursos Humanos*), bem como o encaminhamento ao TCDF de 18 representações alusivas à fiscalização de assuntos de competência do Tribunal.

3.2 Fiscalização Realizada

No âmbito do Tribunal, as Secretarias de Controle Externo oferecem apoio técnico-administrativo ao Plenário no que diz respeito à instrução preliminar dos processos relativos às atividades de controle externo, incluindo-se aí a realização de AUDITORIAS e INSPEÇÕES nos órgãos e entidades jurisdicionados. Nos parágrafos seguintes são apresentadas informações sobre o desenvolvimento dessas atividades no trimestre.

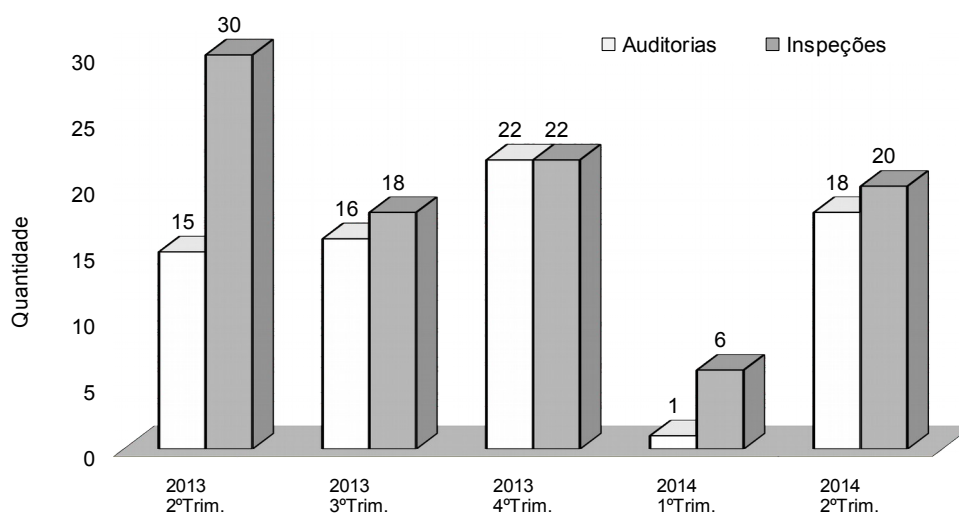
1.1.1 Auditorias e Inspeções

AUDITORIA é a modalidade de fiscalização *in loco* destinada a verificar, junto aos órgãos e entidades jurisdicionados, os atos e fatos administrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial – especialmente quanto à legalidade e à legitimidade –, bem como o emprego de recursos públicos por entidades de direito privado.

Incluída no grupo de fiscalizações *in loco*, mas de caráter menos abrangente, a INSPEÇÃO é realizada para verificar o cumprimento de decisões do Tribunal e para obter dados e informações preliminares ou complementares sobre os assuntos em análise nesta Casa.

O Gráfico 1 apresenta série histórica do quantitativo de fiscalizações, evidenciando que, no 2º trimestre, foram concluídas 18 AUDITORIAS e 20 INSPEÇÕES.

Gráfico 1: Auditorias e inspeções realizadas

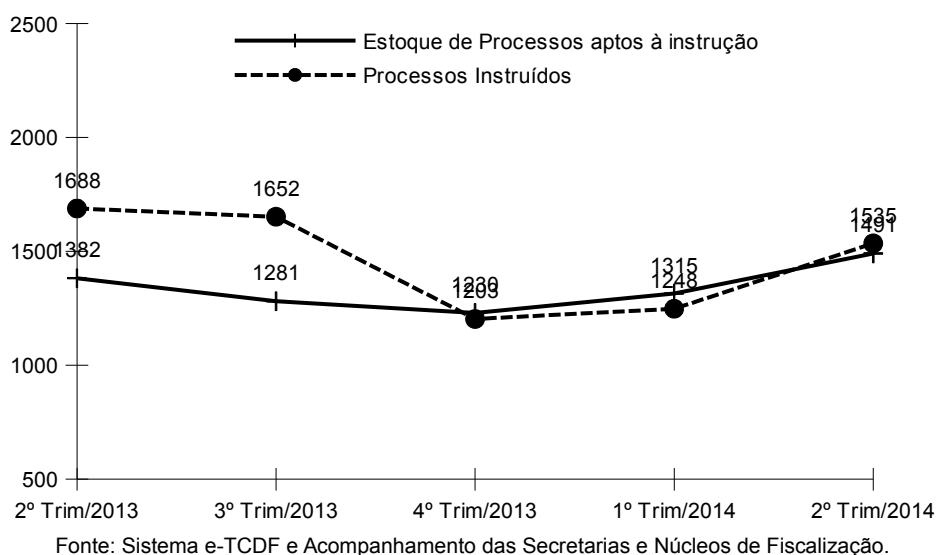


3.2.1 Instrução de Processos

Instrução é o procedimento formal de análise e emissão de relatório técnico em processos, para fins de apreciação pelo Plenário do Tribunal. É adotada tanto nas auditorias e inspeções quanto nos resultados de diligências, atos de admissão, aposentadorias, reformas e pensões, tomadas e prestações de contas, contratos, convênios e outros assuntos sujeitos ao controle externo.

Da mesma forma que ocorre com as fiscalizações externas, a atividade de INSTRUÇÃO DE PROCESSOS ocupa parcela considerável da força de trabalho em exercício na área-fim do Tribunal. Os processos de diversas naturezas são instruídos pelas Secretarias e Núcleos de Fiscalização e encaminhados para apreciação plenária ou emissão de parecer pelo Ministério Público. No segundo trimestre, foram realizadas 1.535 INSTRUÇÕES DE PROCESSOS. O Gráfico 2 registra a realização de instruções de processos a cada trimestre do ano, confrontando tal atividade com o ESTOQUE DE PROCESSOS para serem instruídos ao final de cada período.

Gráfico 2: Instrução e Estoque de Processos



Registre-se que, ao final do 2º trimestre, do estoque total de 3.697 PROCESSOS A INSTRUIR, 1.491 autos encontravam-se APTOS À INSTRUÇÃO, ou seja, em condições de serem instruídos; e 2.206 processos estavam COM TRAMITAÇÃO PARALISADA, aí incluídos os sobrestados e os que aguardam processo de tomada de contas especial, cumprimento de diligência, defesa, recebimento de expediente, regularização de débito ou decisão judicial, entre outros motivos que obstem a instrução do processo.

3.3 Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle

Em razão do volume de recursos a serem fiscalizados e da crescente evolução e complexidade das normas que organizam as atividades do Estado, as instituições de controle necessitam estar cada vez mais aparelhadas a atuar de forma ágil e transparente, utilizando-se de critérios relativos à seletividade, materialidade, entre outros. Nesse contexto, a sociedade demonstra estar atenta à necessidade de exigir resultados da aplicação dos recursos confiados aos agentes públicos, bem assim aos benefícios advindos da atuação dos órgãos estatais, o que torna cada vez mais essenciais as atividades executadas pelos órgãos de controle externo.

Relativamente aos benefícios da atuação do controle externo, podemos classificá-los em mensuráveis e não mensuráveis. No que diz respeito a este último, sua ocorrência e relevância reside no fato de que a existência de uma entidade fiscalizadora por si só já inibe ou minimiza a prática de atos desconformes com os princípios basilares da administração pública.

Quanto aos benefícios mensuráveis da atuação do Tribunal, após a recente implantação do Projeto do Processo Eletrônico nesta Corte de Contas, denominado e-TCDF, identificou-se a necessidade de ajustes nas sistemáticas de apuração e apropriação desses valores. Assim, iniciativas serão adotadas pela

Divisão de Planejamento, em conjunto com a Secretaria-Geral de Controle Externo, com vistas a elaborar proposta de revisão do normativo que trata da matéria, para que se possa dar continuidade à emissão de relatórios pelo sistema.

Ainda em decorrência da atuação desta Corte, foram condenados em débito ou multados 55 responsáveis. Deste total, 15 foram inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública distrital. A Tabela 4 registra o Valor das Condenações e o respectivo processo.

Tabela 4: Valor das Condenações

Processo	Valor (R\$)
28563/2007	91.191,80
29129/2012	21.056,40
29086/2011	75.386,92
7980/2007	4.000,00
1304/2004	1.391.945,10
23082/2005	511.177,15
5755/2012	2.339,60
30963/2011	4.679,20
10431/2011	10.000,00
23163/2012	1.169,80
37963/2010	104.560,29
13111/2013	156.021,14
1347/2011	151.302,09
9186/2011	151.743,94
3075/2004	663.472,56
17227/2007	203.742,00
28267/2006	2.814,01
12098/2007	564.922,35
26000/2013	10.820,09
13170/2006	1.181.332,76
3120/2013	150.389,60
3075/2004	663.472,56
17227/2007	203.742,00
22760/2007	19.000,00
9679/2010	3.464.434,31
10512/2011	69.272,44
9853/2013	62.817,01
7966/2013	107.991,93
22243/2011	85.955,24
6005/2013	59.259,41
2060/2000	12.000,00
Total	10.202.011,70

4. ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS

4.1 Planejamento e Modernização Institucional

As ações e iniciativas organizacionais a seguir relatadas orientam-se nos objetivos estratégicos do Tribunal, que privilegiam a priorização e a orientação das ações de controle externo por relevância, a garantia de maior efetividade dos instrumentos de controle e a agilidade do ciclo processual, a intensificação de medidas preventivas e orientadoras, o monitoramento do cumprimento das decisões, a ênfase no controle sistêmico, o aprimoramento da comunicação com a sociedade, o aperfeiçoamento dos sistemas de TI, a permanente qualificação e motivação dos servidores, o desenvolvimento de cultura orientada para resultados, e a intensificação do intercâmbio com os demais órgãos de controle.

4.2 Gestão de Recursos Humanos

Desenvolver o capital humano para o pleno atingimento dos objetivos estratégicos institucionais tem sido uma preocupação permanente da direção do Tribunal. Nesse sentido, as ações na área de gestão de recursos humanos do TCDF objetivam dotá-lo de servidores competentes e motivados para o exercício das suas atribuições funcionais.

Com o objetivo de atualizar as normas relativas à área de pessoal no âmbito desta Corte, foi editada, no período, a Portaria nº 115/14, que dispõe sobre a apresentação anual da declaração de bens e valores que compõem o patrimônio privado dos membros e servidores do TCDF.

Foi lançado pela SEGEP, no período, o Edital Informativo para a terceira edição do Programa de Preparação para Aposentadoria, que visa à orientação dos servidores quanto às regras e tipos de benefícios previdenciários e à preparação para a transição profissional, em conformidade com as Resoluções nº 225/11 e nº 232/12.

Ainda no 2º trimestre, foi realizada a Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho, cujos resultados serão em breve divulgados pela SEGED.

Quadro de Pessoal – A Tabela 5 retrata o quantitativo de pessoal do TCDF ao final do período, apresentando um comparativo com os cargos providos no final do trimestre anterior.

Tabela 5: Demonstrativo do Quadro de Pessoal do Tribunal

Discriminação	Efetivo Previsto	Cargos Ocupados		% de Cargos Ocupados em
		Posição em 31.03.14	Posição em 30.06.14	
Auditor de Controle Externo	270	243	242	90
Técnico de Finanças e Controle Externo	34	4	4	12
Analista de Administração Pública	50	2	2	4
Técnico de Administração Pública	258	152	150	58
Auxiliar de Administração Pública	73	39	37	51
Subtotal	685	440	435	64
Conselheiros	7	7	7	100
Auditores	3	0	0	0
Procuradores	4	4	4	100
Comissionados sem vínculo efetivo	-	48	49	-
Requisitados a outros Órgãos	-	41	44	-
Total	699	540	539	77

Treinamento e Intercâmbio Institucional – O Tribunal desenvolve periodicamente ações voltadas para o permanente aperfeiçoamento de membros e servidores da Casa, tais como cursos, palestras, seminários, encontros com instituições congêneres e contatos com autoridades, representantes de entidades etc. A Tabela 6 consolida os eventos realizados ou iniciados no 2º trimestre.

Por meio da Portaria nº 117/14, foi constituída Comissão Especial, formada por quatro servidores efetivos do Tribunal, com o objetivo de planejar, organizar e coordenar o XX Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo – SEMAT, a ser realizado no segundo semestre de 2014.

Na área de intercâmbio, o TCDF sediou, no mês de abril, reunião promovida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas - ATRICON, com especialistas do Tribunal de Contas da União – TCU, dos Tribunais de Contas dos Estados, do DF e dos Municípios. A reunião teve por objetivo debater a metodologia utilizada pela ATRICON para a realização da Avaliação de Qualidade e Agilidade do Controle Externo.

Ainda em relação ao tema intercâmbio institucional, ocorreu na sede do Sindicato da Indústria da Construção Civil – SINDUSCON/DF, o evento denominado 1º Diálogo com o TCDF, resultante de parceria entre esta Corte de Contas e o referido Sindicato.

Tabela 6: Demonstrativo dos Eventos de Capacitação dos Servidores

Cursos	Número de participantes	Carga Horária (h)	Custo do evento (R\$)	Local
Elaboração de plano de auditoria e matriz de planejamento	15	16	28.000,00	TCDF
Excel avançado	14	24	2.991,00	TCDF
Execução financeira e orçamentária. Reflexos da nova contabilidade pública brasileira	1	16	2.290,00	DF
Gestão de documentos eletrônicos	2	24	4.580,00	DF
RDC	22	16	41.341,16	TCDF
Outros Eventos				
3º Encontro sobre o Módulo de Controle Externo do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde/SIOPS	1	8	s/custo	DF
Benchmarking à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo	1	24	s/custo	SP
12º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública	51	16	49.777,77	DF
Reuniões IBRAOP	1	24	s/custo	BA
Reuniões IBRAOP	1	24	s/custo	SC
3º Seminário Redes eGOV para Administração Pública	1	16	720,00	DF
Capacitação – <i>Anti Corruption Program for Brazilian Government Officials</i>	1	40	US\$ 5.607,09	EUA
VII Seminário de Perícias de Engenharia da Polícia Federal	1	24	s/custo	DF
Reuniões do Projeto Qualidade/Agilidade do Controle Externo	1	14	s/custo	DF
Reuniões do Projeto Qualidade/Agilidade do Controle Externo	1	8	s/custo	MG
XI SINAOP - Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas	5	40	2.800,00	SC
Dispensa e Inexibibilidade de licitação	6	16	14.750,00	DF
Diálogo público - Em busca de Soluções para a Governança das Políticas Públicas	3	8	s/custo	DF
Reunião BID	2	16	s/custo	DF
2ª Reunião de Comissões Temáticas	1	24	s/custo	PI
IV Congresso Brasileiro de Direito de Estado	1	24	760,00	BA
2º Fórum Brasileiro de Contratações Públicas e Infraestrutura	7	8	9.030,00	DF
Reunião Ação 9 do ENCCLA 214	1	8	s/custo	DF
	21	104	154.239,93	-

4.3 Execução da Despesa

O Anexo 2 – Demonstrativo da Execução da Despesa contém informações a respeito da dotação orçamentária do TCDF para o exercício em curso e da respectiva execução até o final do trimestre. Verifica-se, no citado Anexo, que a execução da despesa alcançou R\$ 112.833.462,55, equivalendo a 39,7% da despesa autorizada total de R\$ 284.055.750,00, registrando-se, pois, saldo orçamentário de R\$ 171.222.287,45.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento aos Objetivos Estratégicos institucionais e a programação aprovada no Plano Geral de Ação do TCDF para 2014 foram realizadas, no segundo trimestre, as ações registradas ao longo deste Relatório.

No exercício do controle externo, o Plenário do Tribunal prolatou 1.531 decisões nas 43 sessões realizadas. Foram proferidas pela Presidência 5 decisões e 3 decisões liminares.

No âmbito de suas atuações, as Secretarias de Controle Externo, concluíram 18 auditorias e 20 inspeções e instruíram 1.535 processos no período. O estoque de processos apto a ser instruído situou-se no patamar de 1.491 autos.

Na área organizacional destacam-se as ações preparatórias à realização do XX Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo – SEMAT, evento de extrema relevância na programação de ações de capacitação desta Corte.

Quanto ao intercâmbio institucional, o TCDF sediou reunião promovida pela ATRICON, com especialistas do TCU, dos Tribunais de Contas dos Estados, do DF e dos Municípios, que teve por objetivo debater a metodologia utilizada pela ATRICON para a realização da Avaliação de Qualidade e Agilidade do Controle Externo.

Nesse contexto, com fundamento nas ações levadas a efeito por esta Corte de Contas e sintetizadas ao longo deste Relatório, constata-se o empenho de membros e servidores desta Casa, nas áreas de controle externo e organizacional, para cumprir com economicidade, eficiência, eficácia e efetividade as competências constitucionais atribuídas ao Tribunal.

Equipe Responsável pelo Relatório

Coordenação Geral

Delso Ferreira da Silva Júnior
Diretor da DIPLAN

Elaboração

Robison Pereira da Silva
Auditor de Controle Externo

Jefferson Gonçalves da Silva
Técnico em Administração Pública

Elizabeth Carneiro Zaiden
Técnica em Administração Pública

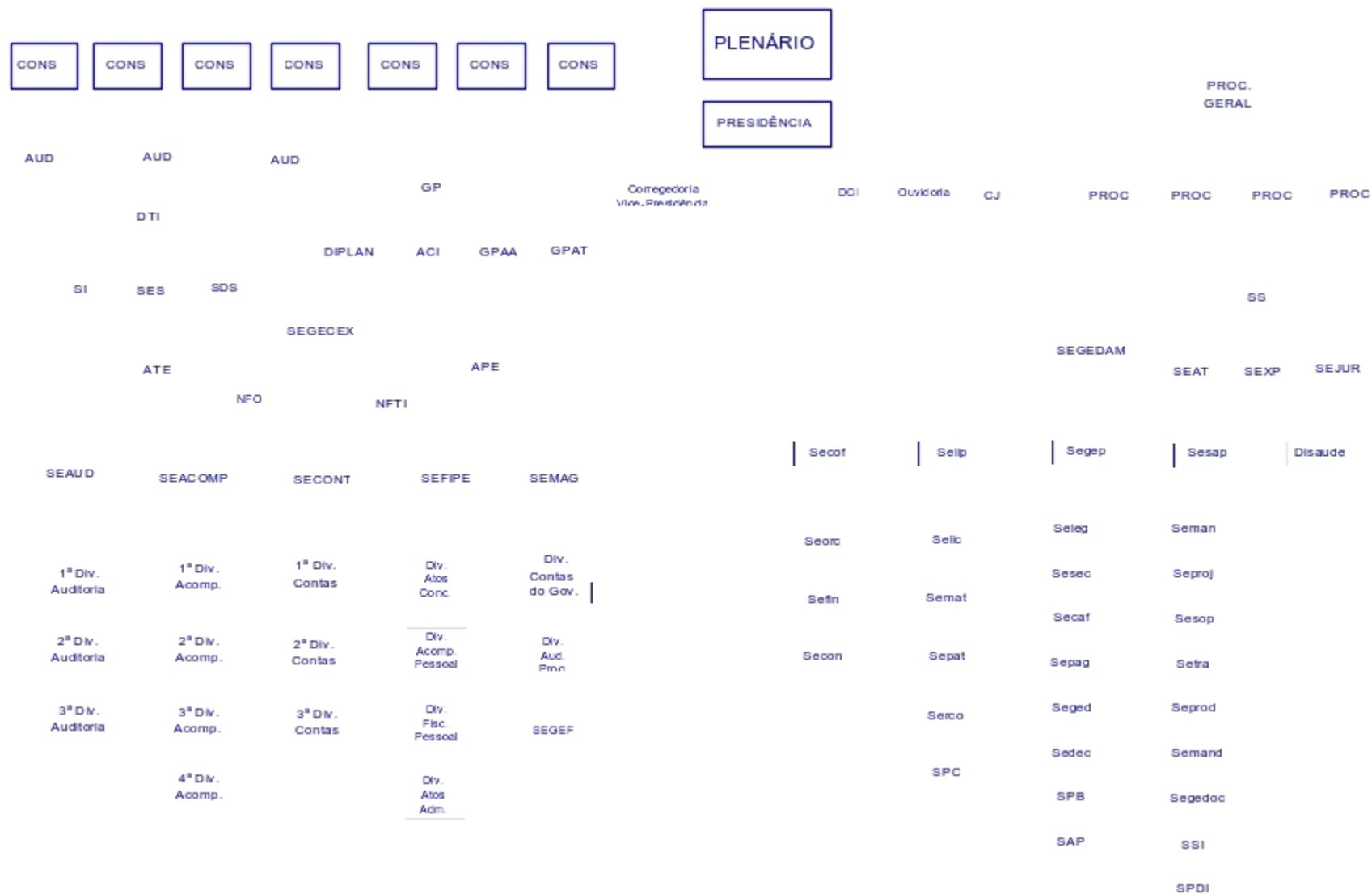
Registre-se, ainda, a participação dos servidores das unidades técnicas e administrativas no fornecimento de dados e informações.

Anexos:

Anexo 1 - Organograma do Tribunal / Significados das Siglas

Anexo 2 - Execução da Despesa

Anexo 1: Organograma do Tribunal



Anexo 1: Significado das Siglas

CONS	Conselheiro
AUD	Aditor
PROC GERAL	Procuradoria Geral
PROC	Procurador
DCI	DIVisão de Controle Interno
CJ	Consultoria Jurídica
GP	Gabinete da Presidência
GPAA	Assessoria Administrativa do Gabinete da Presidência
GPAT	Assessoria Técnica do Gabinete da Presidência
ACI	Assessoria de Comunicação Institucional
DIPLAN	DIVisão de Planejamento e Modernização Administrativa
DTI	DIVisão de Tecnologia da Informação
SI	Seção de Infraestrutura
SES	Seção de Entrega de Serviços
SDS	Seção de Desenvolvimento de Soluções
SS	Secretaria das Sessões
SEAT	Serviço de Apoio Técnico
SEXP	Serviço de Expedição e Plenário
SEJUR	Serviço de Jurisprudência
SEGECEX	Secretaria-Geral de Controle Externo
ATE	Assessoria Técnica e de Estudos Especiais
APE	Assessoria de Planejamento Estratégico da Fiscalização
NFO	Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia
NFTI	Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação
SEAUD	Secretaria de Auditoria
Div. Auditoria	DIVisão de Auditoria
SEACOMP	Secretaria de Acompanhamento
Div. Acomp.	DIVisão de Acompanhamento
SECONT	Secretaria de Contas
Div. Contas	DIVisão de Contas
SEFIPE	Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Div. Atos Conc.	DIVisão de Atos de Concessão
Div. Acomp. Pessoal	DIVisão de Acompanhamento de Pessoal
Div. Fisc. Pessoal	DIVisão de Fiscalização de Pessoal
Div. Atos Adm.	DIVisão de Atos de Admissão
SEMAG	Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública
Div. Contas do Gov.	DIVisão de Contas do Governo
Div. Aud. Prog.	DIVisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos
SEGEF	Serviço de Gestão Fiscal
SEGEDAM	Secretaria-Geral de Administração
Secof	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Seorc	Serviço de Execução Orçamentária
Sefn	Serviço de Execução Financeira
Secon	Serviço de Contabilidade
Seip	Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
Selic	Serviço de Licitação
Semat	Serviço de Material
Sepat	Serviço de Patrimônio
Serco	Serviço de Contratos
SPC	Supervisão de Planejamento da Contratação
Segep	Secretaria de Gestão de Pessoas
Seleg	Serviço de Legislação de Pessoal
Secaf	Serviço de Cadastro Funcional
Sepag	Serviço de Pagamento de Pessoal
Seged	Serviço de Gestão do Desempenho
Sesec	Serviço de Seleção e Capacitação
Sedec	Serviço de Desenvolvimento de Competências
SPB	Supervisão de Proventos, Pensões e Benefícios
SAP	Supervisão de Atendimento e Apoio aos Aposentados e Pensionistas
Sesap	Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
Seman	Serviço de Manutenção
Seproj	Serviço de Obras e Projetos
Sesop	Serviço de Segurança e Suporte Operacional
Setra	Serviço de Transportes
Seprod	Serviço de Protocolo e Preservação Documental
Semand	Serviço de Expedição de Mandados
Segedoc	Serviço de Gestão da Informação e da Documentação
SSI	Supervisão de Sistemas de Informação
SPDI	Supervisão de Pesquisa e Disseminação da Informação
Disaude	DIVisão de Programas da Saúde

Anexo 2: Execução da Despesa

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DA DESPESA - 2º TRIMESTRE DE 2014

PROGRAMA DE TRABALHO	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Crédito Disponível
MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00
CONCESSÃO DE BOLSA-ESTÁGIO	2.100.000,00	2.100.000,00	1.320.000,00	780.000,00
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	216.301.880,00	215.301.880,00	82.288.076,64	133.013.803,36
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES	25.630.000,00	25.630.000,00	11.235.586,73	14.394.413,27
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	15.740.000,00	21.240.000,00	12.112.389,84	9.127.610,16
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3.078.870,00	4.678.870,00	79.380,00	4.599.490,00
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.000.000,00	2.100.000,00	1.080.446,64	1.019.553,36
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.160.000,00	1.160.000,00	340.274,64	819.725,36
PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL	305.000,00	305.000,00	5.000,00	300.000,00
REFORMAS DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2.100.000,00	2.100.000,00	98.680,45	2.001.319,55
EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.400.000,00	8.400.000,00	4.273.627,61	4.126.372,39
TOTAIS	277.855.750,00	284.055.750,00	112.833.462,55	171.222.287,45

Fonte: SIGGO - consulta realizada no dia 16.07.2014